



## O EXERCÍCIO DA PROFESSORALIDADE NO AMBIENTE PRISIONAL

Kely Rejane Souza Anjos de Carvalho<sup>1</sup>, Ciro Ferreira de Carvalho Junior<sup>2</sup>, Jocyleia Santana dos Santos<sup>3</sup>, Daniela Patrícia Ado Maldonado<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Mestre em Educação pela UFT. Pedagoga - Orientadora Educacional na Reitoria - IFTO. e-mail: <[kely@ifto.edu.br](mailto:kely@ifto.edu.br)>

<sup>2</sup>Mestrando em Sistemas e Computação pela UNIFACS. Professor do Campus Avançado Pedro Afonso - IFTO. e-mail: <[cirofcjr@ifto.edu.br](mailto:cirofcjr@ifto.edu.br)>

<sup>3</sup>Doutora em História pela UFPE. Professora e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação na UFT (PPGE). e-mail: <[jocyleiasantana@gmail.com](mailto:jocyleiasantana@gmail.com)>

<sup>4</sup>Doutora em Educação pela UNESP. Pós-doutoranda em Educação pela UFT. e-mail: <[ado\\_daniela@yahoo.com.br](mailto:ado_daniela@yahoo.com.br)>

**Resumo:** O objetivo desta pesquisa foi narrar como professoras exercem sua prática pedagógica e como se dá o processo de ensino e aprendizagem na Unidade Prisional Feminina (UPF) de Pedro Afonso/TO. Esta investigação amparou-se no método proposto pela história oral temática, caracterizada pelo estudo de um movimento em comum vivido por um determinado grupo. A pesquisa de campo consistiu no acolhimento das memórias e narrativas das professoras por meio de entrevistas individuais. Para consecução do roteiro semiestruturado de perguntas, vários fatores foram considerados, tais como: a forma de admissão das professoras, as técnicas e/ou práticas pedagógicas desenvolvidas e as possíveis contribuições oriundas da educação para a ressocialização das alunas. Em suas narrativas, as participantes falam em eco ao afirmarem que as profissionais que atuam no presídio priorizam, em sala de aula, o ser humano e suas especificidades, pois a educação ofertada transcende o mero repasse de conhecimentos. Os resultados sugerem que ainda há muito por fazer em prol da disseminação e fortalecimento da educação em prisões, tanto do país como do estado, porém, necessário se faz reconhecer o trabalho exemplar que quatro professoras, sem capacitação específica e sem materiais didáticos suficientes, fazem para a construção do processo de reinserção social de suas alunas que espelham na educação, não somente a elevação do nível de escolaridade, mas também uma chance de alcançar uma vida mais digna em uma sociedade excludente.

**Palavras-chave:** docência; educação em prisões; narrativas

### 1 INTRODUÇÃO

A educação de jovens e adultos (EJA), por constituir uma forma de educação diferenciada, é a modalidade utilizada nas unidades prisionais brasileiras. Quando associada à educação prisional, a EJA, impõe ao educador o desafio de conciliar suas respectivas peculiaridades. Assim sendo, é necessário considerar que os professores inseridos nessa modalidade de ensino devem ter uma didática específica, que seja capaz de auxiliar no processo de reinserção do ex-presidiário na sociedade e no mercado de trabalho. O que desperta a necessidade de compreender se a formação didático-pedagógica recebida por esses profissionais dispõem de aporte teórico-metodológico que os capacite para lidar com pessoas que têm o seu maior bem retirado, sua liberdade.

Sob essa ótica, no intuito de atingir os objetivos almejados, realizamos um estudo norteado pela história oral, método regido pela preocupação em conhecer as significações das ações e relações entre pessoas ou grupos. Assim sendo, o *corpus* da pesquisa foi composto pelas quatro profissionais que atuam na UPF de Pedro Afonso que foram nomeadas apenas pelo último sobrenome, seguido do ano em que foram entrevistadas conforme orientações do parecer consubstanciado nº. 3.096.185 de 19



de dezembro de 2018 emitido pelo Comitê de Ética e Pesquisa em seres humanos da Universidade Federal do Tocantins – UFT.

## 2 METODOLOGIA

A abordagem da investigação foi o estudo de caso e o grupo escolhido para a aplicação da pesquisa foi composto pelas professoras atuantes na UPF de Pedro Afonso. Os depoimentos das entrevistadas foram colhidos pelo método proposto pela história oral, que é entendido por Alberti (2005, p. 37) como “a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiência”.

O processo investigativo foi organizado em duas etapas: a primeira compreendeu uma profunda pesquisa bibliográfica e documental a respeito da educação escolar ofertada em prisões brasileiras e das políticas públicas oriundas a partir da Lei de Execução Penal de 1984. A segunda etapa compreende a pesquisa de campo e os instrumentos de coleta de dados que foram gravador digital, roteiro de perguntas e diário de campo que substanciaram a entrevista semiestruturada e as análises das narrativas.

A pesquisa teve como objetivos específicos conhecer como é realizada a seleção das professoras que atuam no cárcere; investigar quais e como são desenvolvidas, dentro do ambiente prisional, as concepções e práticas pedagógicas dessas educadoras; e quais contribuições a educação oferta para a ressocialização das internas que optaram por voltar a estudar na prisão. Foram entrevistadas quatro professoras: Moraes, licenciada em pedagogia, 47 anos, trabalha na EJA desde 2014. Medeiros, licenciada em pedagogia, 38 anos, trabalha na EJA desde 2014. Araújo, licenciada em matemática, 26 anos, trabalha na EJA desde 2017 e Santos, licenciada em pedagogia, 45 anos, trabalha na EJA desde 2015.

O local escolhido para a realização desta investigação foi a sala de aula que funciona dentro da UPF de Pedro Afonso que é uma extensão do Colégio Estadual Ana Amorim que desde 2014, dispõe de parceria com a Secretaria de Educação no intuito de ofertar educação no Presídio Feminino de Pedro Afonso. As aulas acontecem dentro da unidade prisional, em uma sala adaptada com carteiras, ar-condicionado e quadro branco. O período de aulas é de segunda a sexta-feira, desenvolvidas no sistema multisseriado em três divisões. O ensino fundamental I e II, do 1ª ao 9ª ano, é ofertado no período matutino, e o ensino médio no período vespertino, sendo que cada série corresponde a seis meses de aula. As colaboradoras se dispuseram a dar seus depoimentos acerca das memórias guardadas e opiniões mediante a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com informações acerca da pesquisa, seus objetivos e do direito de desistir de participar a qualquer tempo.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com a perceptível ineficácia do aprisionamento de pessoas como forma de reabilitação, começou-se a pensar na ressocialização do preso, meios para devolver um indivíduo reabilitado ao convívio saudável da sociedade (FOUCAULT, 1987). Nesse sentido é que há toda uma gama regulamentar que dispõe sobre a recuperação do interno, por meio do ensino e do trabalho. Nessa perspectiva, vamos ao encontro do artigo 17 da Lei nº.7.210 de 1984 que estabelece a “assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado”. Enquanto que o artigo 208 da Constituição Federal de 1988, por seu turno, preconiza que é dever do Estado proporcionar educação para todos, inclusive para os que não tiveram acesso à educação formal na idade apropriada. Nessa acepção, podemos fazer uma ponte com o pensamento de Foucault (1987, p. 224), que enfatiza: “A educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento”.

Na contramão do que preconiza a legislação brasileira sobre a oferta efetiva de ensino no sistema penitenciário temos os dados do INFOPEN (2015) que informam o baixo grau de escolaridade da população prisional brasileira: cerca de 53% dos presos possuem ensino fundamental incompleto. Sendo que mulheres jovens e adultas acima de 18 anos, em situação de privação de liberdade, correspondem a 6% da população do sistema prisional brasileiro.

Necessário destacarmos, a esse respeito, uma pesquisa inédita realizada em 2015 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a pedido do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), intitulada: Reincidência criminal no Brasil, cujos dados revelaram uma taxa de 24,4% de reincidência, ou seja, a cada 4 ex-condenados, 1 volta a ser condenado por algum crime no prazo de cinco anos.

Alguns aspectos, à guisa da exemplificação, podem ser citados, como o percentual dos apenados que tem pouca ou nenhuma instrução, superar  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do total, confirmando que o baixo nível de escolarização pode ser um dos fatores que corroboram para o alto índice de criminalidade no país. Outro aspecto a ser levado em consideração, é a taxa de reincidentes, da qual, mais de 80% dos presos, possui escolarização insuficiente (IPEA, 2015).

Por conseguinte, no que tange ao processo de reabilitação da mulher presa, Cunha (2010, p. 163) afirma que “o processo de ressocialização deve abranger, necessariamente, os aspectos que envolvem a construção da imagem da mulher, concreta e subjetiva, o papel da educação, da qualificação e do trabalho no cárcere”. Sendo assim, a ressocialização da aluna/presa não deve ser inerente apenas à esfera social, mas, também à familiar e à política de reinserção social se torna tão



importante e, ao mesmo tempo, complexo para as mulheres privadas de liberdade. Nesse sentido é que a educação oferecida para essas alunas é diferenciada da ofertada aos alunos “normais”, visto que elas buscam, por meio da escolarização, não apenas a elevação da escolaridade, mas também a reintegração saudável à sociedade. Diante do panorama configurado pelo processo de ressocialização, o INFOPEN (2015) aponta que apenas 11,3% da população carcerária do Tocantins têm acesso à educação. Entre os presídios que promovem assistência educacional no estado, está a Unidade Prisional Feminina de Pedro Afonso que busca a ressocialização das detentas que ao retomarem os estudos na prisão são consideradas reeducandas, pelo sistema.

Considerando a especificidade do perfil do docente que atua na prisão, é de fundamental importância compreender em que proporção os conhecimentos do educador permitem respostas aos desafios da ressocialização do aluno/preso. Nessa perspectiva, são necessários estudos que focalizem os desafios que o processo de ressocialização impõe à prática docente, objetivando-se analisar a natureza das contribuições advindas da formação dos educadores. Isso posto, esta pesquisa se propôs a investigar aspectos da prática pedagógica dos professores que atuam na educação prisional ofertada na Unidade Feminina de Pedro Afonso, relacionando-os às necessidades e demandas socioeducativas das reeducandas inseridas na EJA.

#### **4 RESULTADOS**

Focalizando a atuação do professor que trabalha no sistema carcerário, necessário se faz discutirmos se a presença desse profissional no ambiente prisional decorre de opção pessoal ou de imposição. Registramos, nessa perspectiva, o que é pontuado por Araújo e Leite (2013). Segundo as autoras, grande número de professores que se encontram em atuação nos sistemas penitenciários não fez essa escolha. Em que pese, entretanto, a natureza dessa inserção, Duarte (2013, p. 30) argumenta que “[...] diante de um perfil que exige tantas qualidades, torna-se um ato de negligência, tanto para os alunos como para os professores despreparados, delegar uma sala de aula para um docente sem as reais condições para o trabalho”.

Porém, constatamos, por meio dos depoimentos das educadoras, que as mesmas optaram por atuar na educação prisional, visto que aceitaram um convite da Diretoria Regional de Ensino da cidade de Pedro Afonso. Significa dizer, portanto, que se trata de profissionais contratadas exclusivamente para esse fim, conforme esclarece a professora Medeiros (2018).

Bom, é feito assim, uma entrevista né? Com o profissional e eles procuram sempre uma pessoa que seja paciente, que seja reflexivo, né? E que saiba respeitar um cidadão. Não é por que as meninas estão lá, né? Elas estão pagando por um crime.



Então não cabe a mim julgá-las. Então nós temos que ter... Foi feito essa entrevista baseada nesses critérios.

Ressaltamos que mesmo havendo escolas dentro do sistema prisional, ainda não há políticas educacionais específicas que atendam às necessidades das populações carcerárias. A esse respeito, é inegável que a atuação motivadora e transformadora do professor se mostre fundamental no processo de reeducação do preso. É imperioso, por isso, que se compreenda qual é o efetivo papel do docente diante do processo de ressocialização e se esse profissional é de fato preparado, durante sua formação, para enfrentar esse tipo de desafio.

Nessa concepção, quando foi indagado às professoras se tiveram capacitação específica para atuar na educação prisional, a resposta foi um sonoro não, como é enfatizado por Moraes (2018): “Antes não, né. E durante recebemos apenas uma. Uma, né? Que essa foi voltada para o conhecimento do sistema prisional no Tocantins. Entendeu? Apenas isso”. Esse relato é confirmado por Araújo (2018):

Não. Eu não tive nenhuma formação, porque no momento que teve a formação com as meninas eu não estava trabalhando ainda. Eu comecei esse ano. Mas eu contei com a ajuda de minhas colegas né? Como que trabalha, o que deve ser feito, as coisas que devo ou não levar pra sala de aula, por exemplo.

Sobre o fato de a formação docente abordar ou não o tema educação e prisão, Moraes (2018) foi categórica: “Não, na graduação não. Porque na graduação ela é voltada para o ensino regular e a Educação Prisional é nova assim, então a gente tá aí na batalha. Entendeu? Nas novas descobertas...” o que é complementado por Medeiros (2018):

Não, preparada durante a minha graduação não, né? Porque prepara-se para o trabalho no ensino regular, né? E a educação em prisões no Tocantins, especificamente na nossa cidade é nova. Então nós não temos, não fui preparada na minha graduação.

Depreendemos, das narrativas, que nem todos os professores são adequadamente preparados nos cursos de formação para atuarem no ambiente prisional, sendo que também não o são durante a atuação na sala de aula do cárcere. Fato que nos instigou a satisfazer a inquietação quanto à necessidade, ou não, de metodologias e/ou práticas diferenciadas no trabalho desenvolvido na UPF de Pedro Afonso. Nesse sentido, buscou-se dialogar com as narrativas de Medeiros (2018): “Bom, nós usamos muito material impresso. Nós fomos, desde o início, orientadas a trabalhar bastante com essa questão do material impresso, por serem turmas multisseriadas, então nós fomos orientadas a isso” e Araújo (2018):

Olha, eu uso material impresso, livros pra pesquisa, já que elas não têm acesso nenhum, de nenhuma maneira à internet, né? Então, livros pra pesquisa. Nem computadores, nada. Então procuro trazer o material o mais resumido, pra eu



aproveitar o máximo de tempo, né? E algumas dinâmicas pra animar um pouco o ambiente, né? Não é permitido levar, por exemplo, levar alguns materiais cortantes, estilete, por exemplo, que a gente, o professor costuma usar na escola. Tesoura pontiaguda, quando você for trabalhar

com esse tipo de material, você tem que passar pela Direção pra dar a olhada no seu material pra ver o que pode ou não entrar; celular, chave de moto, essas coisas assim (ARAÚJO, 2018).

É corroborado pelas profissionais tanto a necessidade de práticas diferenciadas como a carência e limitação de materiais didáticos pedagógicos, elementos que também são encontrados nas oratórias de Moraes (2018):

Bom, a gente procura aproveitar ao máximo, né? O tempo, porque é corrido, né? É a EJA. E outra é... A gente procura levar assim material impresso, sabe? É... Pra facilitar. Livros para as pesquisas. Dinâmica para trabalhar a autoestima. É... texto motivacional, entre outros (MORAES, 2018).

Tais narrativas comprovam o que foi observado na sala da aula da UPF, a falta de materiais didáticos e também a defasagem de outros equipamentos, o que se configura como limitadores da prática docente (DIÁRIO DE CAMPO, 2018). Por fim, questionamos ao grupo de professoras entrevistadas se em sua concepção, a educação contribui para o processo de ressocialização das reeducandas. Araújo (2018) assim se expressa:

Eu acho que sim. Por que, a educação em si, ela é transformadora, né? A educação, ela tem um papel de tornar, tornar a pessoa, o indivíduo em um cidadão íntegro, então, se elas não deram valor, se elas foram motivadas da maneira certa aqui fora, lá dentro, né? Com essa oportunidade que elas têm de ter um contato mais direto com os professores, né? E por ter nada que tirem a atenção delas lá dentro, então a oportunidade delas realmente serem reeducadas é bem maior.

As professoras enfatizam, em suas narrativas, a importância da educação no processo de ressocialização das reeducandas, bem como, a necessidade de um trabalho diferenciado que leve em consideração as peculiaridades do público alvo.

## 5 DISCUSSÃO

Com relação à pesquisa, constatamos que, enquanto se fala em ações pedagógicas que podem ressocializar os internos por meio da elevação do nível de escolaridade, pouco é discutido sobre uma questão igualmente importante, que é a necessidade de incluir, nos currículos das licenciaturas, conteúdos e práticas voltados à educação no cárcere, conforme explicitado pelas professoras entrevistadas. Assim, analisar e discutir tanto o currículo dos cursos de formação de professores que trabalham no sistema penitenciário quanto o currículo que é ofertado aos alunos em situação de privação de liberdade é de suma importância para o desenvolvimento de um trabalho mais eficiente e a oferta de uma educação que efetivamente ressocialize.



(2007, p. 12).

Foi possível perceber que a transmissão de conteúdos fica em segundo plano quando uma questão bem mais importante permeia uma “cela de aula”, a conscientização sobre a importância de construir um projeto de vida digna. Conforme é salientado por Onofre

Há que se pensar, portanto, em uma educação que seja capaz de incorporar, em seu processo pedagógico, o desenvolvimento de ações de conhecimento que levem o indivíduo a: primeiro, conhecer o mundo; segundo conhecer-se como sujeito capaz de agir nesse mundo e transformá-lo.

Observamos também que as professoras atuantes no lócus pesquisado buscam refletir sobre as práticas ali desenvolvidas, de forma geral, e sobre a própria atuação, de forma específica. Objetivando tornar a educação carcerária mais humanizada e consciente, haja vista que não se pode ignorar a especificidade de uma educação que tem como cenário a busca pela reintegração social. Assim sendo, o trabalho desenvolvido por elas não está apenas ancorado na produção do conhecimento, mas também é perpassado pelo processo de reinvenção e empoderamento de suas alunas. No que se refere às narrativas, as análises nos permitem afirmar que as profissionais que atuam na UPF de Pedro Afonso preocupam-se em desenvolver práticas transformadoras, priorizando, em sala de aula, o ser humano e suas especificidades, excedendo o mero repasse de conhecimentos a fim de alcançar a efetiva ressocialização.

Compreendemos, nesse sentido, que a educação oferecida para as reeducandas é diferenciada da ofertada aos alunos “normais”, visto que elas buscam, por meio da escolarização, não apenas a elevação da escolaridade e a remição da pena, mas também um futuro melhor fora da prisão promovido pelo empoderamento alcançado. Além disso, dados da pesquisa realizada pelo IPEA corroboram que o aumento da escolaridade é um indicativo para a redução da reincidência entre os presos postos em liberdade.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Desarmar a população de preconceitos sobre a ressocialização é um dos primeiros passos para a reversão desse quadro. Pois, mesmo sendo um dos principais meios de reintegração e readaptação dos internos, a educação entre grades é muitas vezes vista de maneira jocosa e desrespeitosa. Há que considerar, entretanto, que a pessoa em situação de privação de liberdade está reclusa por um determinado período e que, nesse espaço de tempo, é dever do Estado atuar como ressocializador, com vistas a devolvê-lo reabilitado à sociedade, pronto para uma convivência saudável. Infelizmente, o que se vê é o oposto. Muitas vezes, da cadeia são ejetadas pessoas piores do que quando entraram, pessoas



marcadas por condições subumanas e pelo descaso do poder público, fato que pode ser superado com métodos efetivos de ressocialização.

É nesse momento que uma educação humanizada, ao tomar a linha de frente, pode transformar e ressocializar. Como é o caso da educação ressocializadora ofertada na UPF de Pedro Afonso, cujo êxito somente é possível devido ao fato de alunas e professoras se juntarem em prol de um bem maior, a busca pela ressocialização, não só das reeducandas, mas também das famílias, de toda uma comunidade que está ligada direta ou indiretamente àquelas mulheres. A reabilitação que acontece no presídio causa um efeito cascata que atinge positivamente várias camadas da sociedade.

Espera-se corroborar, através desta pesquisa, com outros estudos que focalizam essa temática e que denunciam o muito que ainda há por fazer em prol da disseminação e fortalecimento da educação prisional. Entretanto, há que reconhecer o trabalho exemplar que quatro professoras, sem capacitação específica e sem materiais didáticos suficientes, fazem para a construção do processo de reinserção social, que é tão importante e, ao mesmo tempo, tão complexo e tão difícil, não só para os alunos privados de liberdade, mas também para os educadores que estão na linha de frente desse processo.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ARAÚJO, S. S.; LEITE, M. C. A assistência educacional no sistema penitenciário federal. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 7, n. 1, 2013.

BRASIL. Lei de Execução Penal. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1984.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1988.

CUNHA, E. L. Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino. **Cad. CEDES [online]**, 2010, v. 30, n. 81, p. 157-178.

DUARTE, A. J. O. Celas de Aula: o desafio da professoralidade no presídio. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação**, v. 1, n. 1, pp. 25-36. 2013.



FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Reincidência Criminal – Relatório de Pesquisa**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/agencia/imagens/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611\\_relatorio\\_reincidencia\\_criminal.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/imagens/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611_relatorio_reincidencia_criminal.pdf)>. Acesso em: 10 de jun. 2019.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Departamento Penitenciário Nacional. **Sistema integrado de informações penitenciárias – InfoPen**. Disponível em <<https://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 10 de jun. 2019.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **Educação Escolar entre as grades**. São Paulo, SP: EduFscar, 2007.